



O PAPEL DO ESTADO E AS RELAÇÕES DE PODER MATERIALIZADAS NO TERRITÓRIO: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E O DISCURSO DA MARCHA PARA O OESTE

Wagner Abadio de Freitas

Marcelo de Mello

Palavras- chave: Poder. Território. Modernização. Marcha para o Oeste.

Introdução

O espaço é constituído por diferentes temporalidades caracterizadas por distintas normas de regulação social. Segundo Santos (2006), o mesmo é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de ações, no qual a história se dá. Estes sistemas são complexos, pois os elementos produzidos adquirem especificidades e particularidades com valores, códigos e símbolos que solicitam entendimento.

Para Raffestin (1993), o espaço antecede a formação do território. O geógrafo francês entende que a produção do território decorre da ação de atores sintagmáticos, que realizam programas carregados de intencionalidades com vistas ao processo de apropriação dos recursos necessários ao exercício do poder.

Outro elemento fundamental no processo de produção e apropriação dos recursos instrumentalizados para o exercício do poder é o Estado. Uma concepção moderna de Estado, situando-o como produto das relações de poder, nos remete a uma reflexão acerca de sua relação com o território, a partir de uma abordagem processual e sistêmica. Moraes (2002) destaca que o território é um produto histórico decorrente da relação mantida entre a sociedade e o espaço. Assim, ele só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e de seu desenvolvimento.

Para Santos (2006), a produção do território se dá por meio da materialização de tempos desiguais, a partir de articulações políticas caracterizadas pela assimetria. O espaço é capturado e transformado pela via de arranjos estratégicos, que objetivam a produção de ordenamentos territoriais caracterizados por forma e conteúdo diversos. Raffestin (1993) destaca, ainda, o fato da existência do Estado estar

atrelada a presença de uma população que o habita e busca instrumentos para nele exercer sua soberania.

O presente artigo buscou, a partir das bases teórico-metodológicas acima indicadas, investigar alguns instrumentos e estratégias utilizadas pelo Estado, com vistas a redefinição dos usos do território brasileiro no decorrer do regime autoritário-modernizador gestado no Governo de Getúlio Vargas, a partir dos anos de 1930.

Nesse sentido, é importante investigar a atuação do Estado e dos distintos grupos hegemônicos que procuram instrumentalizar suas ações a partir dele. Os grupos hegemônicos algumas vezes seguem seu curso esperado e, em outros momentos, se aproximam de elementos por eles criticados com a intenção de se situar de maneira privilegiada nas relações de poder travadas no território. É o que veremos a seguir.

Desenvolvimento

A concepção de Poder e papel do Estado

Identificamos na transição entre o Renascimento e o Iluminismo a elaboração e a consolidação de uma racionalidade que redefiniu as bases teocêntricas sustentadoras das relações de poder forjadas pela Igreja medieval. Naquele momento, novos desafios convidavam a homem a percorrer novos caminhos. As relações socialmente reproduzidas no cotidiano apresentavam novas demandas produtoras de posicionamentos revolucionários (GOMES, 1996).

Para justificar as novas demandas, novas teorias relacionadas ao papel do Estado e do território foram elaboradas. Podemos citar, novamente, as contribuições recentes de Raffestin (1993). Ele investiga com propriedade as relações de poder, revelando uma de suas características: uma ambiguidade manifestada no seu exercício. Quando escrito com letra minúscula, o poder representado é o que se faz presente em toda relação; numa situação em que temos questões vinculadas à soberania do Estado e dos seus aparelhos complexos que cercam o território nacional, estamos diante de um Poder que deve ser grafado com letra maiúscula.

Saquet (2007) salienta outros atributos do poder, relacionando-o, também, ao Estado e ao território. Para ele, à medida que mudam os significados do território altera-se a compreensão das relações de “poder”. Faoro (2001) contribui para o entendimento das relações de poder com o Estado, a partir de uma investigação da



formação do patronato político brasileiro. Em sua obra, ele apresenta mecanismos utilizados por atores políticos e econômicos para estabelecer domínio e poder.

A questão privilegiada no presente artigo propõe uma análise histórico-geográfica do cenário brasileiro na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Abordamos a reprodução e o combate ao estamento patrimonial do grupo político representante da elite agrária, sem deixar de considerar outros segmentos articuladores e direcionadores de seus interesses.

As bases que sustentavam o poder político e econômico do país estavam fragilizadas. A crise econômica mundial, de 1929, atingia diversos setores econômicos, inclusive o cafeeiro. O modelo agrário-exportador dava sinais de esgotamento e um novo modelo urbano-industrial ganha força. A centralização do poder e a ruptura com a política dos Governadores ampliaram o leque de possibilidades e anseios, mas não mudaram a base de sustentação. Para Faoro (2001), o conteúdo do Estado molda a fisionomia do chefe de Governo, gerado e limitado pelo quadro que o cerca. O Estado busca “equilíbrio”, alianças e apoio com amplos setores da sociedade.

A sucessão se dá, em 1930, por meio de uma revolução que instaura um governo provisório oriundo do Rio Grande do Sul. Como consequência, ocorre o solapamento da estrutura de poder sustentada por Minas Gerais e São Paulo. Com um discurso nacionalista, autoritário e centralizador, Getúlio Vargas anuncia esforços para a deflagração de um processo de industrialização, urbanização e modernização.

O processo de modernização no território brasileiro

Para dinamizar o processo de modernização, o Estado importa máquinas e equipamentos, pois as indústrias instaladas no país nas primeiras décadas do século XX não conseguiam atender a demanda nacional. Para Borges (2000), a implantação da Estrada de Ferro no Estado de Goiás tinha um caráter “modernizante” e destaca que

O trem-de-ferro simbolizado na Maria fumaça, com seu silvo estridente e cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. (BORGES, 2000, p. 41).

Quanto aos símbolos do processo de modernização, o trem de ferro não aparece como único elemento a ser ressaltado. Podemos incluir a edificação de cidades

planejadas, a renovação de atividades comerciais e novos padrões de consumo. Mas, certamente, o transporte ferroviário era percebido de maneira destacada. Por esta razão, na perspectiva dos representantes das oligarquias locais e regionais não era visto com bons olhos. Contudo, para os agentes modernizadores era sinônimo de progresso e modernização.

No contexto da década de 1930, emergiram projetos que aproximaram os interesses dos governos federal e estadual. Várias notícias eram difundidas através dos meios de comunicação, informando à nação o potencial de riquezas a serem exploradas no vasto território brasileiro, inclusive no Estado de Goiás. No decreto estadual N^o 2.737, de 20 de dezembro de 1932,

O Interventor Federal, neste Estado, considerando que é pensamento do Governo dotar o Estado de uma Capital moderna, que, satisfazendo às exigências do urbanismo, seja um centro de irradiação em todas as esferas da evolução econômico-social. (TEIXEIRA, 1973, 66-67).

Neste contexto, nasce e ganha corpo um projeto audacioso, constituído e materializado com bases regionais.

Se a cidade de Goiás era o símbolo do passado, a nova capital do estado seria o símbolo do progresso, da mudança, a filha da ciência moderna. Não nasceria em torno de uma capela, como a maioria das cidades goianas, mas à volta de um centro administrativo; também não seria propriedade de algumas famílias, pertenceria ao mundo; não seria interior, seria centro. (OLIVEIRA, 2004, p. 151).

O sertão passa a ser pensado não mais a partir de uma ideia de atraso, mas sim com perspectivas de progresso. A presença dos novos agentes políticos e econômicos, legitimada pelo Estado, nos remete à transição valorativa que redefiniu o lugar do “conhecido” e do “desconhecido”, bem como do “velho” e do “novo” na sociedade (MELLO, 2009). A incorporação da região Centro-Oeste expressa a intencionalidade do Estado. Os fluxos migratórios deveriam atrair os cidadãos oriundos de diversas regiões.

A partir de 1937, com a promulgação da Constituição brasileira, Vargas procura atender aos interesses de grupos políticos aliados e reforça a centralização do poder nas mãos do executivo. Instaura-se o “Estado Novo” e o discurso da “Marcha para o Oeste”.

O discurso da Marcha para o Oeste



A Marcha para o Oeste se mostra carregada conteúdo ideológico. Segundo Maciel (2011), ela promoveu uma série de medidas tomadas com vistas ao povoamento, à ocupação econômica e à modernização das regiões Amazônica e Brasil Central, com destaque para esta última.

Ricardo (1959) apresenta, em sua obra, o sentido de “oeste” pensado na “Marcha para Oeste” que, para ele,

Indica apenas a direção, sem determinar ainda a região que viria a ser conquistada pelo bandeirante. Para Oeste quer dizer apenas em oposição ao litoral. Qualquer deslocamento do litoral para interior seria, inevitavelmente, para Oeste; isto é para o poente, e não ainda para região, onde, no Brasil, e já traçados os seus limites, estão situadas agora as terras de Mato Grosso, para os paulistas, e as do Acre, para os cearenses. (RICARDO, 1959, p. XLV-XLXI).

A região a ser conquistada passa a ser determinada pelo capital. O Estado, procura ocupar o território nacional fazendo uso de uma racionalidade administrativa inovadora e, diante deste contexto, o termo “Marcha para o Oeste” torna-se mais utilizado.

Os discursos incentivadores do desenvolvimento urbano-industrial ganhavam força. Era imprescindível alavancar o processo de industrialização, por meio da substituição de importação, para sustentar o projeto desenvolvimentista delineado pelo governo. Para Getúlio Vargas, o Estado Novo possibilita a continuidade de seu projeto de governo. O golpe de Estado, em 1937, abre caminho para revigorar sua autoridade.

A questão da expansão territorial será, então, enfocada como um processo contínuo de produção, o qual produz também o seu espaço. Com base nestas colocações, poder-se-ia admitir que a expansão se daria, não obrigatoriamente, por áreas desocupadas, mas também, retomando áreas com uma história de ocupação, implantada em fases anteriores da expansão territorial. (FERREIRA, 1986, p. 5).

A construção de uma identidade nacional estava impregnada no discurso modernizante do Estado Novo rumo ao Oeste. Dayrell (1974) apresenta parte do discurso do presidente Vargas, no qual o mesmo afirma, em 1938, que “o verdadeiro sentido da brasilidade encontra-se na “Marcha para o Oeste” e o Estado de Goiás representou, em grande medida, a materialização deste discurso”.

Com o Estado Novo e a disseminação da campanha “Marcha para o Oeste”, nasce o projeto das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN). Ao todo foram criadas oito colônias agrícolas, sendo sete no governo Vargas. A primeira foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), criada em 1941, pelo Decreto nº 6.882. Além desta, outro destaque foi à criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, instituída em 1943, pelo Decreto nº 5.941; que, juntamente com a primeira, ganharam destaque e repercussão em todo o território nacional.

Diante desse contexto a mobilidade da fronteira agrícola assume dupla função: um caráter capitalista e um social. Grandes contingentes de trabalhadores rurais reivindicam o acesso a terra, mas o grande capital, representado pelas “novas” elites agrárias, dificulta este acesso. Segundo Pessoa (2009), a força de uma intervenção estatal expansionista, na formação social do trabalhador rural, faz parte de um processo histórico e repercute no embate centrado na manutenção conservadora da estrutura fundiária brasileira.

O governo, conhecedor das fragilidades que marcam a percepção do povo brasileiro, utiliza os meios de comunicação, em especial o rádio, para difundir suas propostas. Os anúncios da Campanha “Marcha para o Oeste” estimulam a população a migrar em busca do eldorado. O sertão assume um novo papel. Deixa de ser o lócus do atraso e absorve o significado de progresso. A possibilidade de acesso a uma pequena gleba de terra impulsiona, para o oeste, grandes contingentes de trabalhadores rurais sequiosos por melhores condições de vida.

O Cerrado, com o seu formato tortuoso e singular, deixa de ser periférico e passa a fazer parte de um projeto nacional. Torna-se necessário estreitar as relações do Brasil litorâneo com o Brasil interiorano: eles devem abrir espaço para a produção de um território brasileiro. A tarefa é fazer como que as especificidades sejam convertidas em ativos econômicos, potencializando as possibilidades do Estado modernizado.

Em Goiás, o ideal modernizador foi representado pela construção de Goiânia. A partir deste ideal,

A nova mentalidade goiana desperta no Estado a consciência de si mesmo. Goiás compreende suas possibilidades no cenário nacional. Uma verdadeira avalanche de novos valores morais, políticos e econômicos em prol do desenvolvimento do Estado vai se impondo. (DAYRELL, 1974, p. 62).



A integração do estado goiano a nova mentalidade em formação ocorre de forma processual. A construção de estradas de rodagem, pontes e viadutos apresenta uma “redução” das distâncias e traz a esperança de estreitamento de relações comerciais. O que antes era um sonho adquire materialidade sob a forma de cidade. Com ela emerge a expectativa da supressão das trevas e da opressão oligárquica. O discurso da ocupação foi uma das vias encontradas pelo Estado para a apresentação de uma nova realidade mais agradável e redentora. Levas de trabalhadores aceitaram a convocação oficial. Um discurso camuflado e cheio de significados foi utilizado pelo Estado para alterar as relações de poder e redefinir o uso do território. Uma redefinição conservadora fundada em esperanças não concretizadas seguiu seu curso. Sem dúvida, ocorreram alterações nas feições do Estado e do território. Porém, a sociedade não sentiu outra grande alteração além dos rostos de seus líderes autoritários.

Considerações Finais

O caráter civilizatório inserido no discurso do Estado Novo é emblemático. Se o Planalto Central era apresentado como um território a ser desbravado e ocupado apenas para garantir a soberania nacional, com a Marcha para o Oeste emerge a ideia de progresso nacional associado à incorporação do sertão pelo padrão produtivo praticado na região concentrada.

As elites agrárias atravessaram gerações e mantiveram um cenário de poucas mudanças estruturais. A concentração fundiária permaneceu. Grande parte da população continuou migrando em busca de melhores oportunidades de vida. As alterações políticas e econômicas foram pontuais e não alteraram a essência excludente de um modelo oligárquico concentrador e pouco produtivo.

A modernização conservadora promovida, a partir da Revolução de 1930, foi sustentada por uma ambiguidade. “Outra” minoria permaneceu ocupando o lugar central nas relações de poder e, por conseguinte, definindo as bases políticas e econômicas a serem implantadas. O projeto de modernização se fazia presente em vários pontos do território nacional. Símbolos foram erguidos, novas paisagens foram criadas; todavia, vários elementos indicavam a permanência de práticas segregadoras e excludente do novo modelo.

A complexidade das relações travadas, em torno do poder, pelos diferentes segmentos sociais não foi reduzida: a nova racionalidade produtiva não trouxe uma maior equidade social. Portanto, o Brasil interiorano não se tornou independente ou igual ao Brasil erguido no litoral. A Marcha para o Oeste, legitimada pela ideologia do Estado Novo, proporcionou uma transformação conservadora, seguindo as intenções estabelecidas pelos agentes hegemônicos.

O território socialmente produzido superou os obstáculos naturais e políticos. Ele foi redefinido, adquirindo novas formas e novos conteúdos. A sociedade, o território e o Estado foram transformados. Os projetos modernizantes promoveram a inserção de objetos técnicos vinculados a um ideal de integração nacional proposto pelo Estado nacional desenvolvimentista.

Os elementos privilegiados por este processo garantiam o incremento da reprodução ampliada do capital, através da incorporação do solo do sertão. Entendemos que entre as medidas mais concretas, engendradas por Vargas, para a realização de seu projeto estão as Colônias Agrícolas Nacionais. Por meio delas Vargas conferiu materialidade a Marcha para o Oeste, pensada para produzir um novo Estado, um novo território e uma sociedade submissa a suas imperiosas necessidades.

Referências

AZEVEDO, Vania Maria Ramos de. Marcha para o Oeste: direito à propriedade ou sujeição ao trabalho? Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, nº especial, 1989, p. 93-117.

BORGES, Barsanufu Gomides. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

DAYREL, Garcindo Eliane. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. Dissertação de Mestrado. UFG. 1974.

FAORO, Raymundo Faoro. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. In.



GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representações geográficas da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revam, IUPERG, UCAM, 1999.

MELLO, Marcelo de. Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, IESA, 2009.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.

São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em 27/07/2013.

MORAES, Antonio Carlos R. Estado e Território numa perspectiva histórica. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Eliéser Cardoso. “As imagens de Goiânia na Literatura Mudancista”. In: PENHA, Alves Eli. A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo. Rio de Janeiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 1993.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Do Estado Patrimonial ao gerencial. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs). Brasil um século de transformações. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

SINGER, Paul. A evolução da economia e vinculação internacional. SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs). Brasil um século de transformações. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

PESSOA, Jadir de Moraes. A Colônia agrícola nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. São Paulo: Unesp: Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 175-192.

RAFFESTIN, Claudio. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio Editora. Coleção Documentos Brasileiros. Vol. 1º e 2º. Rio de Janeiro. 1959.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 27-35.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Memórias. Autobiografia. Goiânia. Livraria Editora Cultura Goiana. 1973.

VELHO, Otavio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo; Rio de Janeiro. DIFEL, 1979. p. 137-155.